



PROCESSO Nº 010/1.18.0000670-5-AUTO-FALÊNCIA

Requerente: **PADARIA E CONFEITARIA BEABY LTDA**

CAXIAS DO SUL – 1º JUIZADO DA 5ª VARA CÍVEL

Juíza prolatora: ZENAIDE POZENATO MENEGAT

Data do ajuizamento: 12-01-2018

Data da declaração: 05-04-2018

S E N T E N Ç A

VISTOS:

PADARIA E CONFEITARIA BEABY LTDA, CNJP n. 04.911.500/0001-36, sediada contratualmente em Caxias do Sul, na Rua Carlos Bianchini n. 845, Bairro Marechal Floriano, representada pela sócia MARIA JOSEANA DA FONSECA MELLO, requer a declaração de **AUTO-FALÊNCIA**, expondo, em síntese, que foi constituída em 19-02-2002, tendo por objeto social a indústria e comércio de produtos de padaria, confeitaria, lancheria, açougue, fruteira, supermercado de produtos em geral e tudo o mais que estiver relacionado ao ramo de atividade. É composta também pelo sócio CLEVANIR GOMES VELHO. Afirma que a partir do balanço patrimonial de 2015, constatou que acumulara um prejuízo de R\$12.285,97, cuja defasagem deve-se à crise econômica que assola o país, com queda drástica das vendas, circunstância que levou a sociedade a buscar crédito junto a instituições financeiras, ocasionando sucessivas renegociações e crescimento das dívidas. Diz que, apesar dos esforços, não conseguiu pagar todos os seus credores, sendo compelida a fechar as portas de seu estabelecimento, encontrando-se pendente no momento as verbas rescisórias de seus empregados – os quais já aparelharam ações na Justiça Especializada; tributos, aluguel do estabelecimento onde funcionava a empresa, contas de luz, água, banco, dentre outras elencadas na inicial. Declara que por não preencher os requisitos objetivos para pleitear recuperação judicial, vale-se da ação de auto-falência para permitir que todos os credores recebam seus créditos em rateio. Apresenta documentos para comprovar os requisitos do art. 105 da Lei 11.101/2005

Instada pelo juízo, declarou que encerrou suas atividades em 26-10-2017, e apresentou relação dos bens e direitos constantes de seu ativo, com estimativa de valor e comprovantes de propriedade. Informou ainda que alguns funcionários da padaria obtiveram liminar de arresto de bens perante a Justiça do Trabalho, razão pela qual requer que a falência seja informada ao juízo da Segunda Vara daquela especializada, para que eventual indisponibilidade de bens não implique em conversão de pagamento de eventuais créditos trabalhistas, sob pena de mácula ao princípio da *par conditio creditorum*. (fls.283-293 e 294-347).



EIS O RELATÓRIO.

Ao que consta do contrato social juntado aos autos (fls.12-22) requerente tem sede nesta cidade, onde seus sócios também mantém domicílio, firmando-se a competência deste juízo para apreciação do pedido.

Os documentos que instruem a inicial demonstram suficientemente o estado de insolvência da requerente que vem acumulando prejuízos nos últimos anos, de acordo com balanços patrimoniais (fls.23-43), com declaração de que seu ativo seria insuficiente para cobrir o passivo existente.

A confissão de falência denota a inviabilidade de recuperação da empresa, cujas atividades, inclusive, já foram encerradas de fato.

Nem mesmo os últimos salários foram pagos e reclamações trabalhistas já estão correndo perante a Justiça Especializada.

Caberá ao Administrador Judicial, oportunamente, investigar sobre eventual desvio fraudulento de bens ou ainda sobre a existência de grupo econômico entre a requerente e a Padaria Veneza Ltda, como denunciado por ex-funcionários perante a Justiça do Trabalho (fls.86-125), tendo em vista que a própria requerente utiliza-se de reportagem referente ao fechamento da Padaria Veneza (fl.54) como data em que a empresa autora encerrou suas atividades na cidade (fl.56).

Isso posto, **DECLARO ABERTA**, hoje, às 17h30min, a **AUTO FALÊNCIA de PADARIA E CONFEITARIA BEABY LTDA**, sediada nesta cidade de Caxias do Sul/RS, fixando seu termo legal no sexagésimo (60º) dia anterior à data do primeiro protesto conhecido ou, na ausência de protestos, do 60º dia anterior ao pedido de auto-falência.

Nomeio administrador-judicial o Bel. MARCELO DE FARIA CORRÊA ANDREATTA (marcelo@socioeducativo.com.br, telefone (51) 9942-2775), assinando-lhe o prazo de 24h para o compromisso, desde já declarando a inviabilidade da continuação das atividades da falida.

A inicial vem acompanhada de rol de credores, com respectivos endereços (fl.58), exceto em relação à nominata dos trabalhistas, cujo rol é passível de complementação mediante informações a serem prestadas pela sócia falida.

Intime-se a sócia falida para, em 24h, prestar, em Cartório, as declarações de que trata o art. 104 da Lei 11.101/05, com entrega, sem demora, de todos os bens, livros, papéis e documentos ao administrador judicial, indicando-lhe, para serem arrecadados, os bens que porventura tenha em poder de terceiros, sob pena de incorrer em crime de desobediência.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

Ordeno a suspensão de todas as ações ou execuções contra a empresa falida, ressalvadas as hipóteses previstas nos §§ 1º e 2º do art. 6º da Lei 11.101/2005. ✓

Comunique-se aos juízes cíveis da comarca, bem como à Corregedoria-Geral do Estado, para fins de divulgação aos juízes de todas as comarcas do Rio Grande do Sul. ✓

Intimem-se União, Estado e Município para declaração dos respectivos créditos tributários. ✓

Marco aos credores eventualmente não declarados pela falida o prazo de 15 (quinze) dias para apresentarem suas habilitações ou suas divergências aos créditos relacionados, com documentos justificativos.

Expeça-se o edital a que se refere o art.99, XIII, parágrafo único, da LREF, incluindo nele a relação de credores.

Comunique-se a declaração de auto-falência à Justiça do Trabalho, solicitando, especialmente à Segunda Vara daquela especializada, que eventuais bens arrestados nos autos do processo n. **0021799-31.2017.5.04.0402**, não implique em conversão de pagamento a eventuais créditos trabalhistas, frente ao universo de credores dessa classe perante o juízo universal da falência

Comunique-se também à Junta Comercial, com cópia desta sentença. ✓

Intimem-se.

Ciência ao Ministério Público.

Caxias do Sul, 05 de abril de 2018.

Zenaide Pozenato Menegat
Juíza de Direito



Este é um documento eletrônico assinado digitalmente por:
Signatário: ZENAIDE POZENATO MENEGAT
Nº de Série do certificado: 010551D8
Data e hora da assinatura: 06/04/2018 09:07:29

Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na Internet, o endereço <http://www.tjrs.jus.br/verificadocs> e digite o seguinte número verificador: 010118000067050102018219731



Número Verificador: 010118000067050102018219731